AS DEFASAGENS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

CARLA CRISTINA GONZAGA VALDO

RESUMO:

O objetivo geral do trabalho é verificar formas de resolver as defasagens da educação inclusiva. Sendo assim, de uma forma crescente a inclusão tem sido potencializada visando, entre outras conquistas, minimizar os prejuízos e as inúmeras exclusões geradas pelas práticas que exploraram e discriminaram segmentos da população ao longo da história. Tais práticas abarcam todos aqueles que sofreram, em distintos tempos e espaços, discriminação negativa, ou seja, todos aqueles que ao serem discriminados, não foram devidamente contemplados e escutados do lugar onde enunciam suas verdades e suas necessidades. Ocorreu muitos processos para chegar na Educação Inclusiva e os princípios que balizam essa educação, como a escola para todos, pedagogia e estratégias centradas no aluno, capaz de favorecer uma educação com sucesso, em que o meio se adapte ao estudante e não o contrário.

PALAVRAS-CHAVE: Defasagem. Educação. Inclusão.

ABSTRACT: The general objective of this work is to verify ways of solving the gaps in inclusive education. Therefore, inclusion has been increasingly leveraged, aiming, among other achievements, to minimize the losses and numerous exclusions generated by practices that exploited and discriminated against segments of the population throughout history. Such practices encompass all those who suffered, in different times and spaces, negative discrimination, that is, all those who, when being discriminated against, were not properly contemplated and heard from the place where they enunciate their truths and needs. There were many processes to arrive at Inclusive Education and the principles that guide this education, such as school for all, pedagogy and student-centered strategies, capable of favoring a successful education, in which the environment adapts to the student and not the other way around.

KEYWORDS: Lag. Education. Inclusion.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva em processo histórico ainda se encontra na necessidade de muitos ajustes, pois diante da escola, ainda é necessário ajustar práticas, didáticas, processos educativos, para que seja promovido uma educação de qualidade suficiente para promoção social da criança diante da sua atuação como cidadã.

A justificativa é que diante do cenário atual a educação ainda estão relutando para que haja inclusão, mas ainda é possível práticas excludentes, por falta de formações, materiais, acessibilidades, conceitos, paradigmas em relação a inclusão na educação. "O direito ao desenvolvimento é ao mesmo tempo um direito individual e coletivo, que não pode ser entendido mais do que em sua estreita interdependência com o conjunto de direitos humanos, compreendidos tanto os direitos civis e políticos como os direitos culturais, sociais e econômicos. O direito ao desenvolvimento não é apenas um direito fundamental, mas também uma necessidade essencial do ser humano" (RAYO, 2004).

O objetivo geral do trabalho é verificar formas de resolver as defasagens da educação inclusiva e objetivos específicos: analisar a inclusão dentro do processo histórico; verificar defasagens no processo de inclusão e verificar como promover a inclusão no processo educativo.

A metodologia do trabalho é a pesquisa bibliográfica, sendo verificado em livros da Biblioteca digital; Artigos entre outros.

DESENVOLVIMENTO

A INCLUSÃO DENTRO DO PROCESSO HISTÓRICO

Silva Neto et al (2018) relata a educação especial nasceu quando a educação ainda era privilégio da minoria econômica, no qual é necessário entender a história, o comportamento, o contexto e os moldes da sociedade em determinada época, pois falar em inclusão é sempre desafiador, pois, para muitos, ainda é um campo desconhecido, mas para compreender melhor o discurso atual da inclusão e seus aspectos, que causam por vezes angústias e também algumas polêmicas, sendo preciso voltar ao tempo para compreender o processo histórico da Pessoa com Deficiência, perpassar pela educação especial até chegar ao movimento da Educação Inclusiva.

Quando se trata de condições econômicas, também envolve a inclusão social, no qual Lopes (2013) relata que a discriminação, infelizmente ainda muito comum no Brasil devido, entre outros elementos, a sua história política, econômica de colônia, de colonização e de país que luta para sair da condição de miséria e de pobreza absoluta de uma parcela considerável da população, é aquela que constitui a alteridade para a exclusão do outro e de si mesmo.

A história humana evidencia, desde a Antiguidade, a descrição de pessoas com alterações anormais por motivo genético. A essas pessoas era negado o convívio social; elas eram enclausuradas em suas próprias casas ou em outro lugar para tratamento, pelos familiares ou pelas autoridades (SILVA NETO, 2018, p. 83).

Deste modo, quanto ao preconceito da criança com deficiência, segundo Pacheco e Alves (2007) relata que a pessoa com deficiência, mesmo que não produtiva (para a economia, nas guerras políticas etc.) adquire status de humano e possuidor de alma, mas ocorreu no processo histórico da inclusão atitudes de exclusão que não são mais consideradas como aceitáveis e os cuidados com a pessoa com deficiência passam a ser assegurados pela família e a igreja, mesmo que tais cuidados não garantam, ainda, a integração do deficiente nessas instituições e na sociedade de forma geral.

Sendo assim, de uma forma crescente a inclusão tem sido potencializada visando, entre outras conquistas, minimizar os prejuízos e as inúmeras exclusões geradas pelas práticas que exploraram e discriminaram segmentos da população ao longo da história. Tais práticas abarcam todos aqueles que sofreram, em distintos tempos e espaços, discriminação negativa, ou seja, todos aqueles que ao serem discriminados, não foram devidamente contemplados e escutados do lugar onde enunciam suas verdades e suas necessidades (LOPES, 2013).

Silva Neto et al (2018) os padrões sociais eram determinados sob forte influência da Igreja, nos quais aqueles que não se enquadravam eram punidos ou condenados na Antiguidade, sendo que nessa época, ter um filho com alguma deficiência era visto como maldição, muitas vezes ligada a algo diabólico. Os

"diferentes", assim como no período da Inquisição, poderiam ser executados na forca ou queimados vivos. A essas pessoas era negado o convívio social; elas eram enclausuradas em suas próprias casas ou em outro lugar para tratamento, pelos familiares ou pelas autoridades.

No século XVII, os deficientes, principalmente os com deficiência mental, eram totalmente segregados, internados em orfanatos, manicômios e outros tipos de instituições estatais, nos quais esses internatos acolhiam uma diversidade de sujeitos com patologias distintas, alguns deficientes, outros doentes (AMARAL, 2001, Apud SILVA NETO et al, 2018). Essa fase ficou conhecida como fase da exclusão, porque qualquer pessoa que não estivesse no padrão de comportamento e de desenvolvimento instituído pela sociedade era totalmente excluída (SILVA NETO et al, 2018)

Assim, conforme Lopes (2013) refere-se a todos aqueles que, por distintas razões econômicas, de gênero, raça-etnia, deficiências físicas, cognitivas, sensoriais, entre outras, foram negados e silenciados pelo próprio Estado e marcados historicamente pela discriminação negativa. Para focar o Brasil, o final do século XX e o início do século XXI estão marcados por viradas econômicas, culturais e tecnológicas capazes de tornar mundiais as realidades locais, até então pouco visíveis, embora ameaçadoras para a situação do País que luta para diminuir a miséria, ofertar sistema de saúde para todos, educar e escolarizar a população, etc.

Lopes (2013) relata que nos séculos XIX e XX se desenvolve um modo de vida cuja implementação exige o fortalecimento da escola como uma das instituições capazes de educar os indivíduos para a racionalidade, tomadas é a justificativa para que a condução da conduta se estabeleça.

A Lei nº 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, ao definir "tratamento especial" para os alunos com "deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados", não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais (BRASIL, 2007).

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola" como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). (BRASIL, 2007).

No século XX, em 1994, ocorre uma conferência mundial na cidade de

Salamanca, na Espanha, falando do comprometimento da "educação para todos", se tornando urgente principalmente para pessoas com necessidades especiais.

Reafirmando o direito à educação de todos os indivíduos, tal como está inscrito na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, e renovando a garantia dada pela comunidade mundial na Conferência Mundial sobre Educação para Todos de 1990 de assegurar esse direito, independentemente das diferenças individuais, relembrando as diversas declarações das Nações Unidas

que culminaram, em 1993, nas Normas das Nações Unidas sobre a Igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência, as quais exortam os Estados a assegurar que a educação das pessoas com deficiência faça parte integrante do sistema educativo (UNESCO, 1994, p. 6).

A Declaração da Salamanca trouxe uma contribuição para sociedade inclusiva quando afirmaram que as escolas regulares deveriam possuir uma orientação inclusiva, sendo necessário mudar paradigmas, concepções, currículo escolar.

DEFASAGENS DO PROCESSO DE INCLUSÃO

Aliás (2016) considera que ocorreu muitos processos para chegar na Educação Inclusiva e os princípios que balizam essa educação, como a escola para todos, pedagogia e estratégias centradas no aluno, capaz de favorecer uma educação com sucesso, em que o meio se adapte ao estudante e não o contrário.

Atualmente, mesmo vivenciando o paradigma da inclusão, ainda é existe a exclusão e com práticas segregacionistas e integradoras, que acontecem muitas vezes não por má-fé, mas por falta de conhecimento, ou por achar que as ações praticadas são ações inclusivas (ALIAS, 2016).

Nem sempre os professores estão preparados para lidar com as características de seus estudantes. É comum ouvir questões relacionadas à falta de preparo e apoio, o que não é errado, já que nem sempre o professor encontra o apoio e a formação necessários para que sua atuação em sala de aula seja balizada pelos fundamentos e princípios da filosofia inclusiva e, consequentemente, da Educação Inclusiva (ALIAS, 2016, p. 22).

Aliás (2016) considera importante sempre ter em mente a necessidade de trabalho com as potencialidades dos alunos. Já que a Educação Inclusiva preconiza a valorização da diversidade, das características do seu alunado, é preciso, então, prever práticas que atendam a esses princípios.

A autora também considera que é necessário ter em mente a importância do foco na potencialidade, mas ao pensar no contexto das salas de aula brasileiras, parece difícil, devendo ser considerado um desafio, mas não é impossível, e ter outro olhar para os estudantes é o passo inicial e fundamental para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva.

Desta maneira, é importante não ver aquela característica muitas vezes tida como negativa como algo que define o estudante, mas, sim, perceber quais as potencialidades, quais habilidades, quais tipos de atividades esse aluno tem e trabalhar para que elas sejam desenvolvidas, assim, a deficiência, ou alguma outra característica do aluno, antes julgada como negativa, passa a ser vista, portanto, como uma das características dele. Faz parte do conjunto, mas não é o que o define (ALIAS, 2016).

Desta forma, é importante lembrar que os princípios da Educação Inclusiva, quando respeitados, trazem boas repercussões, como a minimização da evasão escolar e a construção de uma sociedade mais inclusiva, voltando-se no processo histórico, lembrando de como era na época da segregação ou da integração, quando o foco das atividades escolares não era centrado no estudante. Quando um aluno se deparava com uma atividade que não sabia fazer, ou cuja habilidade requerida fosse alguma que não era a habilidade "forte" dele, com certeza, resultaria em desmotivação ou até mesmo no fracasso escolar (ALIAS, 2016).

Para consolidar a Educação Inclusiva, é preciso quebrar não só as barreiras atitudinais (aceitar a característica do outro, não criar estereótipos, não agir com preconceito etc.), mas também as barreiras físicas. Uma Educação Inclusiva prevê ambientes inclusivos e acolhedores e isso não se faz somente com as atitudes: é preciso também que o ambiente seja adaptado para receber os estudantes. Isso vai ao encontro do modelo social da deficiência, em que o ambiente precisa atender as necessidades dos indivíduos (ALIAS, 2016, p. 24).

Lopes et al (2018) relata que uma verdadeira prática inclusiva, no que tange ao campo prático e principalmente ao ensino, diz respeito ao acolhimento de todo e qualquer cidadão, independentemente das diferenças. Para tanto, é necessário que cidadãos, instituições de ensino e profissionais de diversos campos atuem no sentido de amparar a diversidade, de forma que seja possível atingir esse objetivo.

Assim, é muito importante a rede de apoio nas instituições de ensino em função da inclusão, sob a ótica da criação e dos conceitos de entrelaçamento, cooperação e colaboração. Em outras palavras, a educação só pode ser inclusiva quando a diversidade das necessidades educacionais é contemplada. A partir do reconhecimento das diferenças e singularidades de cada sujeito (LOPES et al, 2018, p. 98).

Lopes et al (2018) relata que devem estar envolvidos nesse processo desde pessoas físicas, educadores, famílias, educandos, até instituições de ensino, representadas por sua gestão e coordenação, bem como instâncias governamentais, representadas pelos órgãos reguladores e mantenedores, como as Secretarias de Educação.

Uma educação inclusiva e de qualidade coloca forte ênfase na efetivação de uma aprendizagem cooperativa, por meio de um

ensino colaborativo, em meio à interação, tanto em atividades cotidianas, no espaço físico, quanto entre os educandos, educadores e entre eles, e a equipe gestora da instituição (LOPES et al, 2018).

Para a efetividade da inclusão, é necessário um envolvimento significativo, tanto no desenvolvimento do educador quanto na colaboração entre os demais componentes da rede de apoio, como a família, a comunidade e as instâncias administrativas (LOPES et al, 2018).

Para isso, o ambiente colaborativo atua de maneira a facilitar e mediar a criação de um currículo apropriado, adaptado às necessidades individuais e coletivas, bem como a cooperação entre as escolas e as instituições que com ela interagem. Estas devem possibilitar a criação de diferentes arranjos organizacionais, usufruindo de uma diversidade de estratégias de ensino, com o uso ampliado de recursos e, ainda, promover parcerias com as famílias e as comunidades (LOPES et al, 2018, p. 102).

Assim, para que seja possível uma inclusão íntegra, sem rupturas segregantes ou excludentes por falhas na rede de apoio ou no ambiente colaborativo, faz-se necessária a continuidade de recursos físicos, sociais e humanos, assim como a constante instrumentalização e capacitação dos educadores. A inclusão exige do ambiente colaborativo um trabalho organizado estrategicamente, de forma que os resultados sejam os melhores possíveis, impondo que se disponibilizem para análise e problematização constantes e sistemáticas de seus métodos e suas práticas

(SANT'ANA, 2005 Apud LOPES et al, 2018).

Estar matriculado e frequentando a classe regular não significa estar envolvido no processo de aprendizagem daquele grupo. Diante disso, entende-se que não basta garantir o acesso desses estudantes à escola regular, sendo necessário apoio ao docente para que essa inclusão aconteça, garantindo-se a equidade no atendimento pedagógico. Isso requer uma formação docente que envolva, para além do respeito, a compreensão da diversidade (BARRETO; BARRETO, 2014).

Assim, para que a inclusão se efetive, os professores precisam investir nas potencialidades de aprendizagem de seus alunos, atendendo as suas necessidades e propondo atividades que favoreçam o seu desenvolvimento (BARRETO; BARRETO, 2014).

Porém, como na maioria das vezes não há um perfil único da deficiência, é necessário um acompanhamento individual e contínuo, tanto da família, como do docente, e até de outros profissionais. As deficiências não podem ser tratadas genericamente, há que se levar em conta a condição que resulta da interação da pessoa com o seu ambiente. É importante que a escola se informe sobre as especificidades das deficiências atendidas e sobre os meios adequados para fazer com que o educando encontre no ambiente escolar um contexto que proporcione aprendizado e crescimento nos aspectos afetivo, social, cognitivo e psicomotor, sem discriminá-lo por possuir seu próprio tempo e ritmo de aprendizagem (BARRETO; BARRETO, 2014).

É necessário que o docente que atua na educação inclusiva remova as barreiras para a aprendizagem e para a participação. Assim, considera-se que um professor que tem clareza das bases que fundamentam seu conhecimento busca remover tais barreiras no processo de aprendizagem através do investimento nas peculiaridades e especificidades do modo de aprender dos seus estudantes, reconhecendo para isso a diversidade presente em sua sala de aula (BARRETO; BARRETO, 2014, p. 38).

A compreensão da existência de diferentes caminhos para a aprendizagem fará com que o professor pense o processo de ensino e busque recursos distintos que favoreçam a aprendizagem, ainda que em tempos diferenciados. Isso requer um profissional embasado teoricamente para justificar as suas decisões e devidamente envolvido com a realidade dos seus alunos e seu processo de aprendizagem (BARRETO; BARRETO, 2014).

A INCLUSÃO E O PROCESSO EDUCATIVO

Silva Neto et al (2018) coloca que a Educação Inclusiva é a transformação para uma sociedade inclusiva, um processo em que se amplia a participação de todos os alunos nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas, de modo que estas respondam à diversidade dos alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que "os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino". Também nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva (BRASIL, 2007).

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum

tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2007).

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas (BRASIL, 2007, p. 1).

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de "integração instrucional" que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que "(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais" (p.19). Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a Política não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantendo a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da educação especial (BRASIL, 2007).

Lopes (2013) relata que a acessibilidade é uma condição necessária, mas não suficiente para que a inclusão se efetive. Nesse sentido, o autor alerta para que possa se olhar para cada prática educacional, cada expressão que usamos para nomear o outro e as coloquemos sob suspeita. Palavras que significam tolerância, culpabilização do outro, padrões culturais hegemônicos, identidade estável, universalidade, multiculturalismo, exotismo, déficit, respeito, integração são alguns exemplos de expressões que devem ser problematizadas quando utilizadas para pensar a inclusão.

A inclusão como imperativo de Estado, mais do que se apresentar como algo que se impõe a todos, necessita contar com normativas para fazer valer e legislar sobre as práticas. Como imperativo temos que aceitar essa interpelação do Estado, mas como sujeitos desse tempo precisamos radicalizar a crítica, para que possamos analisar as condições de possibilidade para que os diferentes gradientes de inclusão sejam vividos e que a inclusão não seja entendida como um ponto de chegada, mas como um desafio permanente (LOPES, 2013, p. 110).

Lopes (2013) destaca que a inclusão deve ser vista como algo distinto da integração; inclusão como o oposto da exclusão; inclusão como sinônimo de adaptações arquitetônicas e pedagógicas; inclusão como conjunto de práticas que subjetivam os indivíduos e os conduzem a olhar para si e para os outros a partir de uma norma preestabelecida (no caso da sociedade moderna disciplinar) ou a partir de um normal estabelecido no interior de grupos ou comunidades (no caso da sociedade contemporânea de seguridade ou de normalização); inclusão como condição de vida em luta pelo direito de autorrepresentação, participação e autonomia; e como práticas sociais, culturais, educacionais e de saúde, entre outras, que visam à população que se quer conduzir.

A Escola Inclusiva está afinada com os direitos humanos, porque respeita e valoriza todos(as) os(as) alunos(as), cada um(a) com as suas características individuais. Além disso, é a base da sociedade para todos, que acolhe os sujeitos e se modifica para garantir que os direitos de todos(as) sejam respeitados (DINIZ, 2012).

No que tange às pessoas com deficiência, a Educação Inclusiva não é uma moda passageira. Ela é o resultado de muitas discussões, muitos estudos e muitas práticas que tiveram a participação e o apoio de organizações de pessoas com deficiência e educadores(as), no Brasil e no mundo. É também fruto de um contexto histórico em que se resgata a educação como lugar do exercício da cidadania e da garantia de direitos (DINIZ, 2013, p. 9).

Deste modo, conforme Diniz (2013) durante muitos anos a educação se pautou em estudos cuja centralidade era a normalidade, e consequentemente quem não se enquadrava em padrões de normalidade era considerado desviante. O declínio dos modelos biológicos de compreensão de identidades sociais propiciou a abertura dos modelos sociais e educacionais, permitindo o acolhimento às diferenças.

A possibilidade de tornar a escola acolhedora às diferenças que seus alunos e suas alunas possam apresentar em relação ao que foi socialmente instituído, em termos de condições de aprendizagem, constitui-se em um dos principais desafios colocados para a educação (DINIZ, 2012).

Nesse cenário, é importante lembrar que todos têm direito à educação, que há diferença, que deve ser respeitada, e as potencialidades dos alunos trabalhadas de forma que os auxiliem positivamente no processo de aprendizagem. A diferença está intimamente ligada à diversidade, e, consequentemente, à singularidade (ALIAS, 2016, p. 51).

Assim, enquanto atores do processo de ensino-aprendizagem, precisamos aprender a respeitar e a lidar com as diferenças na escola e em sala de aula, visto que cada um apresenta uma habilidade diferente. Esse comportamento de respeitar a diferença é o que favorece a inclusão escolar de todos, e principalmente dos estudantes público-alvo da Educação Especial, a fim de tornar a escola um espaço realmente inclusivo, uma educação realmente para todos (ALIAS, 2016).

De acordo com Brasil (2001) a educação é o principal alicerce da vida social e no desempenho dessa função social transformadora, que visa a construção de um mundo melhor para todos, a educação tem uma tarefa clara em relação à diversidade humana: trabalhar como fator de crescimento de todos no processo educativo, trabalhando desde a escola o convívio e a valorização das diferenças.

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido tem por objetivos, promover a valorização e discussão sobre o Currículo na escola inclusiva na perspectiva da educação especial, e dessa forma salientar a importância da construção curricular em uma prática de educação inclusiva significativa para discentes e docentes. (REGO; BARRETO, 2016, p. 2).

Para uma prática inclusiva, não é necessário somente o esforço do professor, mas de toda a comunidade escolar, de todos os atores que atuam nesse cenário, como funcionários, outros alunos, pais, gestores etc. (ALIAS, 2016).

De acordo com Rego e Barreto (2016) no contexto da inclusão escolar da pessoa com deficiência, é importante pensar no Currículo e a sua influência nesse processo, fazendo uma análise referente na atualidade, provocando ações, assim como a identidade do sujeito contemporâneo, o currículo, também, é o produto de significações sociais e culturais que forjam também identificações que são tecidas a partir da ideia da existência do outro, de forma simples, daquele que é "diferente" etc. (ALIAS, 2016).

No que se refere à adequação dos espaços escolares para atender os preceitos da Educação Inclusiva, podemos citar basicamente duas esferas: as adequações físicas e as relaciona- das às estratégias de aprendizagem (ALIAS, 2016).

Há várias estratégias que podem ser adotadas, como ampliar a fonte, reproduzir o livro em formato de áudio, elaborar livros e outros materiais com texturas, alto-relevo etc., assim, espera-se que a postura e o protagonismo do professor sejam de acolhimento, visto que o professor tem um papel fundamental para favorecer o desenvolvimento da aprendizagem na Educação Inclusiva. Assim, metodologias centradas no professor ou no conteúdo não são as ideais, mas, sim, aquelas centradas no aluno (ALIAS, 2016).

A deficiência, atualmente, não é vista apenas como incapacidade, falta de habilidade da pessoa; deve-se levar em consideração a questão do meio. No modelo social, portanto, a deficiência se pauta na interação homem, meio é sociedade. É preciso, então, inserir os recursos de acessibilidade para promover o acesso com outros alunos e, portanto, equiparar oportunidades. Por isso, é importante frisar que não basta matricular o aluno na escola, inseri-lo na sala de aula se não for garantido o acesso aos materiais, aos conteúdos, favorecendo, portanto, o desenvolvimento da aprendizagem (ALIAS, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criança dentro do sistema educacional já deve ser considerada um conceito de inclusão para todos. As políticas públicas educacionais representam a organização entre a população e as instituições de ensino, mas, ocorre um desalinhamento de uma realidade educativa com as propostas de ensino, gerando conflitos educacionais que não conduz a um aprendizado subjetivo e objetivo com as transformações sociais.

O ponto comum pode ser que todas as crianças com necessidades especiais sejam totalmente incluídas nas escolas regulares, a fim de capacitá-las e emponderá-las para se tornarem cidadãos ativos e iguais no futuro, deve-se então, melhorar as oportunidades para as crianças com necessidades especiais se tornarem futuros cidadãos competentes e para o sistema educacional e a sociedade se tornarem inclusivos.

As mudanças nos últimos trinta anos trouxeram acesso à educação para crianças com necessidades especiais. Nos anos mais recentes, tem havido um desenvolvimento lento, mas constante, da educação inclusiva, mesmo com legislação de apoio para ajudar as escolas a fornecer os recursos necessários para atender às necessidades educacionais especiais, ainda existem defasagens no campo da inclusão.

Um dos maiores princípios da inclusão é o reconhecimento da diversidade e a valorização de todos dentro da educação. Ocorreram muitas conquistas dentro do processo histórico da inclusão que pode ser uma inspiração para todos envolvidos na educação ter um olhar reflexivo, promovendo posturas e cenários voltados totalmente para educação inclusiva.

O discurso "inclusão para todos" fornece um forte argumento de que a educação inclusiva é a principal forma de empoderar e permitir que crianças com necessidades especiais cresçam com o sentimento de que são membros iguais da sociedade e com dignidade para participar plenamente da vida da comunidade para realizar seus projetos de vida e contribuir com a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIAS, Gabriela. Desenvolvimento da aprendizagem na Educação Especial:

Princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Inclusiva [recurso eletrônico]. São Paulo, SP: Cengage, 2016.

BARRETO, Maria Ângela de Oliveira Champion; BARRETO, Flávia de Oliveira Champion. Educação inclusiva: contexto social e histórico, análise das deficiências e uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. 1. ed. -- São Paulo: Érica, 2014.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SEESP, 2007.

DINIZ, Margareth. Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas: avanços e desafios. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

LOPES, Maura Corcini. Inclusão & Educação. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção Temas & Educação).

PACHECO, Kátia Monteiro De Benedetto; ALVES, Vera Lucia Rodrigues. Tendências e Reflexões: A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. ACTA FISIATR 2007.

SILVA NETO, Antenor de Oliveira [et al]. Educação inclusiva: uma escola para todos. Revista Educação Especial, vol. 31, núm. 60, 2018.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação Na Área Das Necessidades Educativas Especiais. Unesco, 1994.